

Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás

**Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2021**

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.361	65.291	Arrendamento a pagar	11	636	542
Aplicações vinculadas	5	4.988	4.791	Fornecedores	12	176.247	85.615
Clientes a receber	6	162.248	95.429	Tributos, taxas e contribuições	13	45.628	41.428
Tributos a recuperar	7	57.695	31.334	Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.118	672
Estoques	8	9.608	4.187	Outras obrigações	15	3.231	2.482
Outras contas a receber		3.828	6	Adiantamento de Clientes	16	3.829	37.551
Despesas antecipadas		337	126	Dividendos e JCP pagar	17	22.264	4.657
		346.065	201.164			252.953	172.947
Não circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos a pagar			
Tributos a recuperar	7	-	24.378	Acordo Nupemec a executar	5	4.988	4.791
Imobilizado				Tributos, taxas e contribuições			
Direito de uso arrendamento	10	931	1.320	Receitas a realizar	15	1.811	3.575
Intangível							
Ativos da concessão	11	617.830	630.768			7.167	33.564
		618.761	656.466	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo				Capital social integralizado			
		964.826	857.630	Reservas	17	68.540	14.953
				Lucros acumulados			
				Total do patrimônio líquido			
						704.706	651.119
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
						964.826	857.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita Bruta Vendas e Serviços		2.101.590	515.552
Deduções da Receita		(446.012)	(107.341)
Receita Líquida de vendas e serviços	18	1.655.578	408.211
Custos dos produtos e serviços vendidos	19	(1.458.494)	(349.510)
Lucro Bruto		197.084	58.701
Receitas / Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	19	(82.148)	(29.480)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	19	16.040	1.127
Lucro operacional antes do resultado financeiro		130.976	30.348
Receitas Financeiras	21	4.229	397
Despesas Financeiras	21	(314)	(167)
Resultado Financeiro Líquido		3.915	230
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		134.891	30.578
Imposto de renda e Contribuição Social			
Correntes		(36.749)	(10.583)
Diferidos		-	182
Lucro do exercício		98.142	20.177
Lucro por ação em R\$		0,154	0,032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	98.142	20.177
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	98.142	20.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Reserva legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.530	-	-	(567)	2.963
Integralização de Capital	632.636	-	-	-	632.636
Lucro do Exercício	-	-	-	20.177	20.177
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição de reserva legal	-	981	-	(981)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.657)	(4.657)
Dividendos adicionais propostos	-	-	13.972	(13.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	636.166	981	13.972	-	651.119
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	(13.972)	-	(13.972)
Lucro do Exercício	-	-	-	98.142	98.142
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição de reserva legal	-	4.907	-	(4.907)	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	(30.583)	(30.583)
Dividendos adicionais propostos	-	-	62.652	(62.652)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	636.166	5.888	62.652	-	704.706

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	134.891	30.578
Itens que não afetam o caixa operacional		
Amortizações do intangível	23.781	9.836
Amortização dos arrendamentos (IFRS 16)	753	317
Baixa de valor residual de ativos da concessão	33	-
Juros sobre arrendamentos pagos (IFRS 16)	96	32
Provisão de perda de crédito de esperada	4.726	370
(=) Lucro ajustado	164.280	41.133
(Aumento) / Redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(71.545)	(95.805)
Tributos a recuperar	(1.983)	(54.709)
Estoques	(5.421)	(3.197)
Despesas Antecipadas	(211)	(127)
Outras contas a receber	(3.822)	-
Aumento / (Redução) dos passivos:		
Fornecedores	90.632	85.570
Tributos, Taxas e Contribuições	(20.256)	62.838
Obrigações Sociais e Trabalhistas	446	500
Outras Obrigações	749	2.482
Adto Clientes - Take or pay	(33.722)	37.551
Receitas a realizar	(1.764)	3.575
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.940)	(7.426)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	80.443	72.385
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições aos ativos da concessão	(13.310)	(11.395)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(13.310)	(11.395)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	1.470
Pagamento de dividendos	(18.629)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.566)	-
Pagamentos de arrendamentos (IFRS 16)	(868)	(314)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(25.063)	1.156
Aumento líquido de caixa	42.070	62.146
Representado por:		
Caixa no início do período	65.291	3.145
Caixa no fim do período	107.361	65.291
Aumento líquido de caixa	42.070	62.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
Receitas	2.112.060	516.307
Vendas de Produtos e Serviços	2.093.656	498.939
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(4.731)	(370)
Outras receitas e despesas	15.853	1.127
Receitas de Construção	7.282	16.611
Insumos adquiridos de terceiros	(1.496.645)	(362.519)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.451.212)	(332.899)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.151)	(13.009)
Custos de Construção	(7.282)	(16.611)
Valor adicionado bruto	615.415	153.788
Retenções	(23.780)	(10.153)
Amortização	(23.780)	(10.153)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	591.635	143.635
Valor adicionado recebido em transferência	4.229	397
Receitas financeiras	4.229	397
Valor adicionado a distribuir	595.864	144.032
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	4.425	3.310
Remuneração direta	4.131	3.081
Benefícios	157	113
FGTS	137	116
Impostos, taxas e contribuições	490.840	120.193
Federais	190.247	52.417
Estaduais	300.529	67.763
Municipais	64	13
Remuneração de capital de terceiros	2.457	352
Juros e multas	10	1
Aluguéis	2.237	222
Outros	210	129
Remuneração de capitais próprios	98.142	20.177
Dividendos obrigatórios	-	4.657
Juros sobre o capital próprio	30.583	-
Lucros retidos	67.559	15.520
Valor adicionado total distribuído	595.864	144.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 22/07/2019, autorizada pela Lei Estadual nº 10.955/2018, e atua como concessionária de serviço público de gás natural canalizado do Estado do Espírito Santo.

Com sede em Vitória-ES, a ES Gás tem como seu principal objeto social a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás natural canalizado no território do Espírito Santo de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social e a integração do gás à matriz energética do Estado. A Companhia atende consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, climatização, automotivo, termogeração e cogeração.

Até julho de 2020, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, com a concessão sendo operada até aquela data pela Petrobras Distribuidora S.A (atual “Vibra Energia”), gestora do contrato de concessão firmado com o Governo do Estado em 1993.

Em 22 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos do novo contrato de Concessão de gás natural, firmado na mesma data entre a ES Gás e o Estado do Espírito Santo. Com a assinatura do referido contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. descontinuou suas operações e a ES Gás tornou-se a nova concessionária estadual de gás natural por 25 anos, assumindo os serviços de distribuição a partir de 01 de agosto de 2020.

O exercício do contrato de concessão e os serviços prestados são controlados e fiscalizados pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo (ARSP), órgão regulador estadual instituído para essa finalidade.

Ao término do contrato ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e instalações sob gestão da Concessionária, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no contrato de concessão para exploração do serviço.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria Executiva da Companhia, em 10 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

1.1. Epidemia COVID-19

A Companhia informa que até o momento os efeitos causados pelo Coronavírus (COVID-19) não afetaram a continuidade dos seus negócios, embora, no ambiente externo, tenham impactado de alguma maneira as operações em diversos setores industriais e comerciais. Informa também que tem constantemente avaliado os potenciais impactos do COVID-19 nas áreas administrativas e de operações e tem tomado todas as medidas

necessárias visando mitigar a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e que continuará avaliando os impactos e riscos.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia implementou diversas medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, dentre as principais: teletrabalho para atividades que podem ser realizadas remotamente e para funcionários acima de 60 anos; suspensão de viagens, exceto as inadiáveis; realização de reuniões, preferencialmente, de modo virtual; ampliação de orientações aos colaboradores; rotinas mais rigorosas de limpeza; horários alternados para uso da copa, com ocupação máxima de três pessoas; distanciamento de segurança entre as estações de trabalho (1,5m); protocolo de higienização das mãos e aferição da temperatura na entrada do escritório administrativo da ES Gás; aumento, ao máximo, de tomada de ar externo e troca de ar do escritório.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento adequado de gás.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia mantém acompanhamento dos impactos da COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, destacando-se eventual redução no consumo de gás e, conseqüentemente, da receita de venda de gás. Nesse cenário houve redução no consumo de gás natural pelas indústrias, veicular, comercial em 7%, 8% e 20% respectivamente, no período de 2021, quando comparado com o projetado no plano regulatório, elaborado antes da pandemia, para esse mesmo período, enquanto o consumo residencial e termelétrico, tiveram aumento de 11% e 26 % respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros.

Eventual inadimplência decorrente do COVID-19 está contemplada na provisão das perdas de crédito esperada conforme nota 06.

Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem expectativa que os efeitos negativos possam comprometer a recuperabilidade dos ativos de concessão, considerando, inclusive, as previsões de reequilíbrio econômico-financeiro existentes nos termos do seu contrato de concessão.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e são expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas utilizadas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável revisão, são reconhecidas no período corrente.

As principais estimativas e julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a Receber (Provisão de Perdas com Crédito Esperado);
- Nota 10 - Ativo da Concessão - Intangível
- Nota 11 - Arrendamentos

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e custos são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, observado o princípio da realização da receita e de confrontação dos custos e das despesas.

Receita com venda de gás

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

A Companhia reconhece em receitas com vendas a receita de gás não faturada referente à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base nos faturamentos

realizados até o 2º dia útil do mês seguinte. Como a Companhia provisiona os valores com base nos volumes faturados no mês seguinte, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. As diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A ES Gás não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo exequível para realização das obras. Desse modo a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre arrendamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

c) Caixa e equivalente de caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

e) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é “desreconhecido” quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado.

Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

f) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia são, tipicamente, obrigações de arrendamentos e pagamento a fornecedores.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2021 e 2020.

h) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores inadimplentes, sendo o fornecimento de gás interrompido, se necessário.

i) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou pelo Estatuto social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

j) Intangível

A ES Gás possui Contrato de Concessão com o Estado do Espírito Santo com prazo de 25 anos a contar de 01/08/2020. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato. O poder Concedente indenizará a Companhia na parcela não depreciada/amortizada dos bens e instalações vinculados ao serviço concedido decorrentes de investimentos realizados pela Concessionária.

k) Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

l) Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de

maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

Para fins de classificação serão adotados os seguintes termos:

Provável: indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato.

Possível: indica a possibilidade de acontecer, todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Remota: indica que remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

m) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

n) Participação nos lucros e resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê a participação dos empregados e diretoria executiva nos lucros. O valor é provisionado em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com o sindicato, representantes dos empregados e aprovado pelo conselho de administração e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

o) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	-	1
Contas Correntes	5	-
Aplicações Financeiras	107.356	65.290
Totais	107.361	65.291

O saldo da conta caixas e equivalentes de caixa refere-se, principalmente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em instituição financeira de primeira linha, remuneradas a taxa de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade.

5. Aplicações Vinculadas

	2021	2020
Conta Corrente Nupemec	-	-
Aplicações Financeiras Nupemec	4.988	4.791
Totais	4.988	4.791

O saldo da conta aplicações vinculadas refere-se aos valores recebidos a título de indenização da Petrobras Distribuidora S.A. em atendimento ao disposto na ATA do Nupemec (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo do TJ-ES) com destinação a investimentos na ligação de consumidores de baixa renda. Até que o plano de investimento seja apresentado e aprovado pela ARSP, esses valores seguem aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em instituição financeira de primeira linha, remunerada a taxa de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A obrigação da ES Gás de executar esses investimentos é reconhecida dentro do passivo, na conta Acordo NUPEMEC a executar, não circulante.

6. Cliente a receber

Contas a receber de clientes por segmento é demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Industrial	95.601	57.840
Automotivo (gás veicular)	8.004	4.266
Residencial	2.578	1.406
Comercial	1.496	787
Climatização	61	29
Cogeração	1	1
Matéria Prima	1.125	889
Termelétrico	58.478	30.581
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.096)	(370)
Totais líquidos	<u>162.248</u>	<u>95.429</u>

Contas a receber por vencimento é o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer:	161.554	95.265
Vencidos:		
Até 30 dias	944	312
De 31 a 60 dias	97	71
De 61 a 90 dias	58	65
De 91 a 180 dias	85	86
Acima de 180 dias	4.606	-
Provisão para perda de crédito esperada	(5.096)	(370)
Totais líquidos	<u>162.248</u>	<u>95.429</u>

A Companhia tem o controle das parcelas vencidas e a vencer por usuário, e revisa, periodicamente, a expectativa de perdas, considerando os valores renegociados, a assiduidade e o histórico dos pagamentos.

A provisão das perdas de crédito esperada está segregada conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Industrial	(4.043)	(318)
Automotivo (gás veicular)	(353)	(33)
Residencial	(196)	(8)
Comercial e Climatização	(134)	(3)
Cogeração	-	-
Matéria Prima	-	(8)
Termelétrico	-	-
Totais	<u>(4.726)</u>	<u>(370)</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

Provisão para perdas de crédito esperada	2021	2020
Saldo inicial	(370)	-
Complemento de provisão p/perdas	(4.726)	(370)
Reversão de provisão para perdas	-	-
Saldos finais	(5.096)	(370)

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
ICMS	28.004	55.219
PIS/COFINS	28.706	55
IR/CSLL	966	415
Outros impostos e taxas a recuperar	19	23
Totais	57.695	55.712
Circulante	57.695	31.334
Não Circulante	-	24.378

A conta de tributos a recuperar referentes aos valores de Pis e Cofins são decorrentes dos créditos oriundos da aquisição de gás natural, de materiais, equipamentos e insumos para a construção de redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações da Companhia.

Em 2021, a Companhia concluiu o levantamento dos valores a recuperar, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021, em última instância, o Recurso Especial 574.706, decidindo pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins, no qual o valor a ser excluído é o “destacado” na NF-e. A decisão é de repercussão geral e válida desde 15/03/2017. O valor recuperado pela Companhia referente aos períodos de 2020 e 2021 foi de R\$ 17.633.

O crédito de ICMS, refere-se à transferência de saldos credores de ICMS da Petrobras Distribuidora S.A. (atual “Vibra Energia”), Concessionária anterior na distribuição do gás, para a ES Gás conforme previsto no Termo de Acordo SEFAZ nº 010/2020, que serão compensados a razão máxima de 1/24 avos com débitos próprios de ICMS da companhia.

8. Estoques

	2021	2020
Gás Natural	1.983	1.429
Almoxarifado (investimento e operação)	7.443	2.568
Odorante	182	190
Totais	9.608	4.187

O saldo de estoque referente a gás natural é decorrente do registro do gás procedente da capacidade de armazenamento instalada em sua malha de gasodutos (472,49 km) e do volume fornecido a usuários do segmento residencial não faturados até o fechamento do exercício.

Os demais estoques referem-se a materiais para uso e consumo, peças para manutenção, equipamentos para expansão da rede, e o odorante utilizado na odorização do gás.

9. Transações com Partes Relacionadas

9.1. Transações e saldos ativo e passivo

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG nº 05, segregou das contas a receber e a pagar os montantes obtidos com partes relacionadas. Desta forma, os saldos em 31 de dezembro de 2021 no ativo e passivo referentes as transações com partes, foram segregados e são demonstrados a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Vibra Energia S.A.		
Outras contas a receber (1)	3.828	-
Totais do ativo	3.828	-
Passivo		
Vibra Energia S.A.		
Salários, provisões e contribuições sociais (2)	228	47
Ressarcimentos de despesas e materiais (3)	2.174	2.209
Serviços prestados (4)	3.658	3.043
Venda de ativos	-	5.993
Transferência de ICMS (5)	28.352	53.162
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (6)	12.482	2.794
Governo do Estado do ES		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (6)	9.782	1.863
Totais do passivo	56.676	69.111

As relações existentes entre a Companhia e suas partes relacionadas são descritas abaixo:

- 1) O saldo refere-se a provisão de valores a receber decorrentes de ativos e despesas processadas pela ES Gás para o posterior ressarcimento pela Vibra Energia.
- 2) O saldo refere-se a provisão de remuneração a pagar, relativo à cessão de um empregado da Vibra Energia à ES Gás designado para o mandato de Diretor de Operações.
- 3) O saldo refere-se a provisão de ressarcimento das despesas operacionais e materiais processadas pela Vibra Energia, após a assunção da Concessão pela ES GÁS em agosto de 2020. Na fase de transição, assumindo-se o compromisso de continuidade, até que fosse concluída a cessão de todos os contratos firmados com fornecedores e prestadores de serviços para a Companhia, a Vibra Energia assumiu alguns pagamentos para o posterior ressarcimento pela ES Gás e alienou materiais de uso periódico da concessão.
- 4) O saldo refere-se a provisão dos serviços técnicos especializados prestados pela Vibra Energia para ES Gás em dezembro/2021. A Companhia, com o objetivo da continuidade dos serviços e de prover a capacitação de seus funcionários, firmou com a Vibra Energia, aditou o contrato de serviços técnicos especializados em distribuição de gás e serviços de TI. Os serviços técnicos especializados encerrar-se-ão em sua totalidade em maio de 2022 e os serviços de TI em dezembro de 2022, prazos definidos para conclusão da estruturação (pessoas, processos, sistemas).
- 5) O saldo refere-se à transferência de saldos credores de ICMS da Vibra Energia para a ES Gás conforme previsto no Termo de Acordo SEFAZ nº 010/2020. O crédito refere-se a valores decorrentes de processos administrativos de repetição de indébito, relativos à restituição de ICMS incidente nas operações com gás natural sujeitas ao regime de substituição tributária e destinadas a estabelecimentos industriais, já deferidos e homologados pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Lei Estadual nº 11.170/2020. Os valores serão pagos a Vibra Energia à medida que os créditos sejam utilizados. Sobre o valor do crédito efetivamente utilizado em cada período de apuração, a ES Gás realizará o pagamento, com deságio de 6,48%.
- 6) Saldo de dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2021, estão detalhados conforme nota 19.3.

9.2. Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Diretores	1.262	712
Conselho de administração	503	449
Conselho fiscal	100	96
Totais	1.865	1.257

10. Ativos da concessão

Os saldos reconhecidos na conta do intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão.

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível, é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Espírito Santo, observado o tratamento do crédito de Pis e Cofins referentes à amortização. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação.

Conforme o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01 (R1).

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da Concessão de 25 anos, conforme estipulado no contrato.

A coluna de aporte do exercício 2020 refere-se aos ativos integralizados pela Petrobras Distribuidora S.A. na formação do capital social da ES Gás. Os bens aportados foram avaliados através de laudo com a finalidade de determinar o valor de mercado.

No quadro abaixo demonstra-se a composição atual:

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Custo				
Conversões em Serviço	14.054	1.212	-	15.266
Servidões de Passagem	2.344	442	-	2.786
Obras em andamento	16.611	7.282	-	23.893
Rede em Aço	180.354	1.564	-	181.918
Rede em PEAD	61.599	1.490	-	63.089
Gasvit Aporte	38.860	-	-	38.860
Ramais (Res. e Com.)	25.411	1.025	(302)	26.134
Ramais (Exceto Res. e Com.)	14.732	54	-	14.786
Máquinas e Equipamentos Operacionais	35.762	1.738	(1.077)	36.423
Estação de Controle de Pressão	26.030	58	(593)	25.495
Estação de Odorização	4.110	-	-	4.110
Pontos de Recebimento	170	-	-	170
Veículos e Equipamentos de Transporte	597	-	-	597
Terrenos	734	-	-	734
Edificações, Obras e Benfeitorias	6.172	-	-	6.172
Equipamentos e Móveis Administrativos	138	48	(14)	172
Equip e Proc Eletr de Dados	1.030	30	-	1.060
Softwares e Licenças	3.989	-	-	3.989
Outorga	230.000	200	-	230.200
Subvenção	(21.091)	-	-	(21.091)
Totais do custo	641.606	15.143	(1.986)	654.763
Amortização acumulada				
Conversões em Serviço	(235)	(611)	-	(846)
Servidões de Passagem	(39)	(96)	-	(135)
Rede em Aço	(3.017)	(7.277)	-	(10.294)
Rede em PEAD	(1.030)	(2.524)	-	(3.554)
Gasvit Aporte	(650)	(1.554)	-	(2.204)
Ramais (Res. e Com.)	(425)	(1.075)	34	(1.466)
Ramais (Exceto Res. e Com.)	(246)	(591)	-	(837)
Máquinas e Equipamentos Operacionais	(595)	(1.457)	51	(2.001)
Estação de Controle de Pressão	(435)	(1.043)	34	(1.444)
Estação de Odorização	(69)	(164)	-	(233)
Pontos de Recebimento	(3)	(7)	-	(10)
Veículos e Equipamentos de Transporte	(10)	(24)	-	(34)
Edificações, Obras e Benfeitorias	(103)	(247)	-	(350)
Equipamentos e Móveis Administrativos	(2)	(6)	1	(7)
Equip e Proc Eletr de Dados	(16)	(42)	-	(58)
Softwares e Licenças	(468)	(1.133)	-	(1.601)
Outorga	(3.846)	(9.208)	-	(13.054)
Subvenção	351	844	-	1.195
Totais da amortização acumulada	(10.838)	(26.215)	120	(36.933)
Totais ativos da concessão líquido	630.768	(11.072)	(1.866)	617.830

Descrição	2019	Aporte	Adições	Transf.	2020
Custo					
Conversões em serviço	-	14.003	-	51	14.054
Servidões de passagem	-	2.344	-	-	2.344
Obras em andamento	-	7.960	8.828	(177)	16.611
Rede em aço	-	180.354	-	-	180.354
Rede em PEAD	-	61.585	-	14	61.599
Gasvit aporte	-	38.860	-	-	38.860
Ramais (Res. e Com.)	-	25.308	-	103	25.411
Ramais (Exceto Res. e Com.)	-	14.732	-	-	14.732
Máquinas e equipamentos operacionais	-	35.401	361	-	35.762
Estação de controle de pressão	-	26.025	5	-	26.030
Estação de odorização	-	4.110	-	-	4.110
Pontos de recebimento	-	170	-	-	170
Veículos e equipamentos de transporte	-	597	-	-	597
Terrenos	-	734	-	-	734
Edificações, obras e benfeitorias	-	6.158	14	-	6.172
Equipamentos e móveis administrativos	-	133	5	-	138
Equipamentos e processamento de dados	34	922	65	9	1.030
Softwares e licenças	-	1.872	2.117	-	3.989
Outorga	-	230.000	-	-	230.000
Subvenção	-	(21.091)	-	-	(21.091)
Totais do custo	34	630.177	11.395	-	641.606
Amortização acumulada					
Conversões em serviço	-	(235)	-	-	(235)
Servidões de passagem	-	(39)	-	-	(39)
Rede em aço	-	(3.017)	-	-	(3.017)
Rede em PEAD	-	(1.030)	-	-	(1.030)
Gasvit aporte	-	(650)	-	-	(650)
Ramais (Res. e Com.)	-	(425)	-	-	(425)
Ramais (Exceto Res. e Com.)	-	(246)	-	-	(246)
Máquinas e equipamentos operacionais	-	(595)	-	-	(595)
Estação de controle de pressão	-	(435)	-	-	(435)
Estação de odorização	-	(69)	-	-	(69)
Pontos de recebimento	-	(3)	-	-	(3)
Veículos e equipamentos de transporte	-	(10)	-	-	(10)
Edificações, obras e benfeitorias	-	(103)	-	-	(103)
Equipamentos e móveis administrativos	-	(2)	-	-	(2)
Equipamentos e processamento de dados	-	(16)	-	-	(16)
Softwares e licenças	-	(468)	-	-	(468)
Outorga	-	(3.846)	-	-	(3.846)
Subvenção	-	351	-	-	351
Totais da amortização acumulada	-	(10.838)	-	-	(10.838)
Totais ativos da concessão líquido	34	619.339	11.395	-	630.768

11. Direito de uso arrendamentos

Ativos de Direito de Uso	2021	2020
Saldo Inicial	1.320	-
Contratos de arrendamentos	402	1.649
Amortização	(791)	(329)
Totais	931	1.320

Passivos de arrendamentos	2021	2020
Saldo Inicial	1.374	-
Contratos de arrendamentos	402	1.649
Juros Incorridos	96	39
Pagamento de Arrendamentos	(868)	(314)
Totais	1.004	1.374

Circulante	636	542
Não Circulante	368	832

Em atendimento a norma IFRS 16, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia atua com o arrendamento dos imóveis em contratos de aluguel com prazo de vigência superior a 12 meses.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia e são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir a taxa periódica de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vigência do contrato pelo método linear.

12. Fornecedores

	2021	2020
Aquisição de gás - Petrobrás	166.798	74.266
Prestação de serviços e aquisição de materiais	5.963	2.586
Demais Fornecedores	172.761	76.852
Prestação de serviços e aquisição de materiais	3.387	2.770
Transferência de ativos	-	5.993
Partes Relacionadas	3.387	8.763
Totais	176.148	85.615

O saldo da conta fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações do contrato de aquisição de gás natural junto a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Os valores de partes relacionadas com a Vibra Energia são decorrentes da transferência

de ativos e prestação dos serviços necessários a fase de transição, conforme mencionado na nota 9.1. Os saldos correspondentes aos demais fornecedores referem-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da rede de distribuição e despesas administrativas da Companhia.

13. Tributos, taxas e contribuições a recolher

	2021	2020
ICMS	12.882	8.493
PIS/COFINS	520	405
IR/CSLL	3.040	3.018
Outros	834	716
Transferência de crédito ICMS	28.352	53.162
Totais	45.628	65.794

O saldo da conta tributos, taxas e contribuições a recolher refere-se, principalmente, aos impostos incidentes nas operações de fornecimento de gás da companhia, taxa de regulação e fiscalização e tributos retidos.

O valor de transferência de crédito de ICMS refere-se à transferência de saldos credores de ICMS da Vibra Energia para a ES Gás de acordo com o previsto no Termo de Acordo SEFAZ nº 010/2020 conforme nota 9.1. item 5.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Folha de pagamento a pagar	16	178
FGTS a recolher	1	15
INSS a recolher	94	57
Salários a pagar - partes Relacionadas	228	47
Férias e encargos sociais	344	328
13º Salário e encargos sociais	-	47
Participação nos lucros	435	-
Totais	1.118	672

O saldo da conta de encargos sociais e obrigações trabalhistas de curto prazo, concedidos aos empregados.

O valor referente a provisão de salários a pagar - partes relacionadas corresponde a provisões a pagar a Vibra Energia, relativos a empregado cedido à ES Gás, conforme mencionado na nota 9.1. item 2.

15. Outras Obrigações

	2021	2020
Ressarcimentos de Despesas - Transição	2.174	2.209
Provisão faixa de domínio	786	-
Provisão pagamento serviços prestados não faturados	271	273
Totais	3.231	2.482

O saldo da conta de outras obrigações é composto de provisões de obrigações com partes relacionadas, sendo o principal valor referente a ressarcimento de despesas de transição com a Vibra Energia, conforme mencionado na nota 9.1 item 3.

Os valores de provisão de faixa de domínio estão sendo provisionados até a conclusão da transferência de contrato junto a concessionária da rodovia.

16. Adiantamento de clientes

O saldo no exercício de 2021 corresponde a valores de adiantamentos de cliente realizados durante o período.

No exercício de 2020, o saldo da conta correspondia aos recebimentos referentes as cláusulas de compromissos de retiradas de gás natural (“*take or pay*”) estabelecida nos contratos de fornecimento firmados entre a Companhia e usuários industriais, os quais poderão ser recuperados pelos usuários no prazo previsto nos respectivos contratos.

Conforme previsto no Termo de Acordo de transição celebrado entre a Petrobras Distribuidora S.A. e a ES Gás, foi transferido para Companhia o valor de R\$ 31.269 referente aos saldos recebidos pela Vibra Energia acerca dos compromissos de retirada do *take or pay* recuperável. A recuperação dos créditos por parte dos usuários ocorreu durante o exercício de 2021 e todo o passivo da ES Gás foi compensado.

17. Receitas a Realizar

	2021	2020
Receita de transferência de crédito de ICMS	1.811	3.575
Totais	1.811	3.575

O saldo da conta de receitas a realizar refere-se ao deságio sobre a aquisição de crédito de ICMS conforme descrito no item 5 da nota 9.1. O deságio será considerado realizado a medida da efetiva utilização dos respectivos créditos.

18. Provisão para contingências

A Companhia poderá ser parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum processo classificado como provável ou possível.

Classificado como remoto, a companhia é parte de uma Ação Popular em face do Estado do Espírito Santo, da Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo e da Petrobrás Distribuidora S.A., na qual requer o autor a concessão da liminar para que seja determinada a suspensão do efeitos do acordo firmado pelos Requeridos, objeto da ação, bem como seja declarada a indisponibilidade (inalienabilidade) da participação acionária da Petrobrás Distribuidora S.A. na Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás até o fim da presente demanda.

Por ora, apenas o Estado do ES se manifestou, defendendo a legalidade do acordo firmado perante o NUPMEC e a improcedência absoluta da nova Ação Popular.

O processo nº 0001662-30.2020.8.08.0024, valor da causa de R\$ 480.469 está classificado como risco remoto pela Companhia

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 636.166 (R\$ 636.166 em 31 de dezembro de 2020).

Em 22 de julho de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária da ES Gás, aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 48.117.431,00 (quarenta e oito milhões, cento e dezessete mil, quatrocentos e trinta e um reais), com emissão de 38.337.010 (trinta e oito milhões trezentos e trinta e sete mil e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 9.780.421 (nove milhões setecentos e oitenta mil quatrocentos e vinte e um) ações preferencias nominativas, sem valor nominal, alterando o capital social da Companhia de Gás Espírito Santo de R\$ 588.048.379,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões, quarenta e oito mil trezentos e setenta e nove reais) para o montante de R\$ 636.165.810,00 (seiscentos e trinta e seis milhões cento e sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais).

O capital social integralizado passou de R\$ 3.530.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta mil reais) para R\$ 636.165.810,00 (seiscentos e trinta e seis milhões cento e sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais), integralizado da seguinte forma: R\$ 230.000.000,00(duzentos e trinta milhões de reais) correspondente ao valor da outorga; R\$ 401.165.810,53 (quatrocentos e um milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e três centavos) referente aos bens ativos reversíveis e materiais de almoxarifado atualizados e R\$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais) aportados em espécie.

O capital social é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Quantidade de ações - 31/12/2021						
Acionistas	Ações		Ações		Totais	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
Governo do Estado do ES	251.783	51%	2.550	2%	254.333	39,9790%
Vibra Energia S.A.	241.909	49%	139.924	98%	381.833	60,0210%
Totais	493.692	100%	142.474	100%	636.166	100%

Quantidade de ações - 31/12/2020						
Acionistas	Ações		Ações		Totais	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
Governo do Estado do ES	251.783	51%	2.550	2%	254.333	39,9790%
Vibra Energia S.A.	241.909	49%	139.924	98%	381.833	60,0210%
Totais	493.692	100%	142.474	100%	636.166	100%

O direito de voto é reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão da vantagem de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio em caso de dissolução da sociedade. As ações preferenciais poderão representar até 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas pela Companhia.

19.2. Destinação dos lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual estabelece a compensação dos prejuízos acumulados, posterior destinação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação para a reserva legal em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 43 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social integralizado.

O artigo 44 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com os termos da Lei de Sociedades por Ações.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, a companhia optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio o qual foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios. Para o exercício de 2021 os juros sobre o capital próprio excederam ao valor calculado dos dividendos mínimos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	%		
		2021	2020
Lucro líquido do exercício		98.142	20.177
Absorção de prejuízos		-	(567)
Reserva legal	5%	(4.907)	(981)
Lucro líquido ajustado		93.235	18.629
Dividendo mínimo obrigatório	25%	23.309	4.657
Juros sobre capital próprio		30.583	-
Dividendos Obrigatórios			
Acionistas	%	2021	2020
Governo do Estado do ES	39,98%	-	1.862
Vibra Energia S.A.	60,02%	-	2.795
Totais		-	4.657

19.3. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, conforme artigo 44 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com os termos da Lei de Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio contabilizados no exercício 2021 no montante de R\$ 30.583 com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 2.753, exceto para os acionistas imunes ou isentos, que líquidos de imposto de renda correspondem a R\$ 28.830, foram calculados na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei 9.249/1995, objetivando o melhor aproveitamento tributário, previsto no estatuto da social e aprovados conforme AGE em Dez/21.

Acionistas	%	Juros sobre Capital Próprio	
		2021	2020
Governo do Estado do ES	39,9790%	12.227	-
Vibra Energia S.A.	60,0210%	18.356	-
Totais		30.583	-

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária para a companhia de R\$ 10.398.

Em atendimento a Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio já declarados e a parcela dos dividendos que não excede ao mínimo obrigatório, são classificados no passivo circulante, pois se caracterizam como uma obrigação legal.

19.4. Dividendos adicionais

A Diretoria Executiva propõe a distribuição de dividendos, em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, no valor de R\$ 62.652, a ser pago até 31 de dezembro de 2022. Esses recursos foram mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral dos acionistas que deverá ocorrer até 30 de abril de 2022.

20. Receita líquida de vendas

A receita líquida é formada por valor referentes ao fornecimento de gás e prestação dos serviços de assistência técnica, após a dedução dos tributos e devoluções, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2021			
	Volume (m ³)	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida
Industrial	536.648	1.437.454	(337.482)	1.099.972
Automotivo (gás veicular)	49.013	128.263	(32.659)	95.604
Residencial	5.691	23.576	(6.032)	17.544
Comercial	3.163	12.060	(3.077)	8.983
Climatização	224	592	(151)	441
Cogeração	-	7	(2)	5
Matéria prima	11.911	24.940	(2.307)	22.633
Termelétrico	375.251	452.059	(63.289)	388.770
Serviços prestados de assistência técnica	-	187	(27)	160
Encargos de capacidade ("Ship or pay")	-	15.170	(986)	14.184
Receita de construção	-	7.282	-	7.282
Totais	981.901	2.101.590	(446.012)	1.655.578

Para o exercício de 2020 as receitas contemplam o período de agosto até dezembro, período de início do contrato de concessão.

Descrição	2020			
	Volume (m ³ mil)	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida
Industrial	173.429	308.334	(76.077)	232.257
Automotivo (gás veicular)	18.253	31.905	(8.375)	23.530
Residencial	2.669	7.557	(1.985)	5.572
Comercial	1.181	3.119	(820)	2.299
Climatização	97	185	(48)	137
Cogeração	-	2	(1)	1
Matéria prima	5.369	7.405	(685)	6.720
Termelétrico	157.913	127.126	(18.115)	109.011
Serviços prestados de assistência técnica	-	95	(13)	82
Encargos de capacidade ("Ship or pay")	-	13.213	(1.222)	11.991
Receita de construção	-	16.611	-	16.611
Totais	358.911	515.552	(107.341)	408.211

21. Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais

Segue demonstrado a abertura das despesas por natureza.

Descrição	2021	2020
Compra e transporte do gás	(1.448.471)	(328.254)
Odorante	(41)	(109)
Custos de Construção (20)	(7.282)	(16.611)
Prestação Serviços Assistência Técnica	(241)	(83)
Encargo de capacidade ("ship or pay)	(2.459)	(4.453)
Material	(599)	(414)
Pessoal	(5.244)	(3.780)
Serviços Contratados	(29.715)	(12.254)
Publicidade e Propaganda	(1.132)	(50)
Despesas Gerais	(8.217)	(566)
Despesas Tributárias	(7.976)	(1.893)
Provisão de perdas para crédito esperado	(4.731)	(370)
Amortização	(24.534)	(10.153)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16.040	1.127
Totais	(1.524.602)	(377.863)
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.458.494)	(349.510)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(82.148)	(29.480)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16.040	1.127
Totais	(1.524.602)	(377.863)

22. Receitas e custos de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro igual zero.

	2021	2020
Receita de construção	7.282	16.611
Custo de Construção	(7.282)	(16.611)
Margem	-	-

23. Resultado Financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	3.153	245
Juros e multas recebidos	652	149
Atualizações monetárias - impostos a recuperar	412	3
Descontos obtidos	12	-
Totais	4.229	397
Despesas financeiras	2021	2020
Juros e multa pagos	(9)	(1)
Despesas bancárias	(209)	(129)
Encargos sobre direito de uso - IFRS 16	(96)	(37)
Totais	(314)	(167)

24. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	134.891	30.578
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	45.863	10.397
Efeito de adições		
(+) Adições permanentes	2.665	4
(+) Adições temporárias	-	-
Efeito de exclusões		
(-) Exclusões permanentes	(10.685)	-
(-) Exclusões temporárias	-	-
Incentivos fiscais	(1.070)	-
Outros (Adicional)	(24)	-
IRPJ e CSLL Correntes	(36.749)	(10.583)
IRPJ e CSLL Diferidos	-	182
Alíquota efetiva	27%	34%

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à ES Gás.

Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como realizando as cobranças necessárias, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Condições Gerais de Fornecimento (Resolução nº 05/2007).

Risco de liquidez: Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A ES Gás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

Risco com taxas de juros: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possuía despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

Risco regulatório: A Companhia entende por risco regulatório a exposição ao não cumprimento dos dispositivos previstos no Contrato de Concessão, as regulamentações vigentes, e os próprios riscos intrínsecos ao negócio. A Companhia mitiga os riscos relativos ao Contrato de Concessão e regulamentações vigentes com o cumprimento das obrigações principais e acessórias, sobretudo as metas definidas no primeiro ciclo tarifário, as quais são também gerenciadas de tal forma a mitigar os riscos intrínsecos ao negócio.

O Contrato de Concessão possui mecanismos de revisão da tarifa praticada de forma ordinária e extraordinária, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro durante o prazo contratual.

26. Informações por segmentos operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Espírito Santo e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração afirma que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu segmento operacional.

27. Cobertura de seguros

Conforme previsto no contrato de concessão a concessionária deverá contratar e manter seguros durante todo o prazo de concessão, de forma a garantir a cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades.

Em 31 de dezembro 2021 a companhia possuía cobertura para risco de responsabilidade civil na importância segurada de R\$ 11.000 com vencimento em 10 de setembro de 2022. Cobertura para risco de responsabilidade civil dos administradores com vencimento em 22 de julho de 2022.

A cobertura para riscos operacionais passou por estudos de avaliação dos riscos afim de adequar suas coberturas de seguros à nova realidade operacional como empresa independente, que atua na distribuição de gás natural. O processo encontra-se em fase de contratação.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

A companhia realizou a Chamada Pública 001/2020 para contratação da supridora de gás natural para 2022 e a Petrobras foi a única supridora a cumprir todos os requisitos. O contrato de suprimento de gás natural foi assinado em dezembro/21.

No entanto, o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) entrou com uma ação civil pública para suspender as condições de fornecimento do novo contrato em função da alteração do preço do gás natural, cuja liminar foi deferida em 30/12/2021. A ES Gás, então, seguiu as determinações da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP), de 31/12/2021, por meio do Ofício 045/2021, mantendo a aplicação das condições do contrato anterior em face da suspensão das condições do novo contrato.

Desta forma, a ES Gás tem um contrato novo assinado com a Petrobras, que foi suspenso por força da liminar concedida ao MP-ES, e vem seguindo o contrato antigo por resultante desta ação pública.

Em face dessa medida, a ARSP homologou em 20/01/2022 o reajuste da tabela de tarifas que passou a vigorar em 01/02/22 aplicando as regras do contrato antigo.

A Petrobras, por sua vez, vem recorrendo das medidas judiciais que foram acionadas em cada Estado, mas até o presente momento, sem decisão favorável.

Em 13/01/22 a Petrobrás acionou a Cláusula Arbitral inserta em contrato de fornecimento de gás natural, tendo por motivação suspensão das condições de preço pactuadas entre as partes, por superveniente decisão judicial adotada em sede de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MP-ES, sob argumento de prática de abuso poder econômico (Ação nº 0017597-76.2021.8.08.0024 - Juízo de Plantão do TJ-ES).

Vitória - ES, 10 de março de 2022

Heber Viana de Resende
Diretor Presidente

Walter Fernando Piazza Júnior
Diretor Administrativo-Financeiro e
Diretor de Operações

Lissandro Gustavo Dilkin
Contador
CRC / RS 086997/O-3 S-ES